

PESS 2020

DECLARAÇÃO DO CHEFE DO PODER – CONTROLE DA DESPESA COM PESSOAL

IDENTIFICAÇÃO: Câmara Municipal de Castelo/ES EXERCÍCIO: 2020
--

Considerando os termos do art. 21 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que cuida do controle da despesa total com pessoal, declaro que o Poder Legislativo do Município:

1) **Não praticou** ato que provoque aumento da despesa com pessoal, desatendendo:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

2) **Praticou** ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final deste mandato – a cópia do ato normativo integra o relatório **LEIPESS**.

3) Não praticou ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final deste mandato;

4) **Não sancionou/promulgou** norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou editou ato para nomeação de aprovados em concursos públicos, quando:

a) Resultasse em aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final deste mandato;

b) Resultasse em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final deste mandato.

Considerando os termos do art. 8º da Lei Complementar nº 173/2020, que cuida da política de pessoal durante a pandemia do novo Coronavírus, declaro que o Poder Legislativo do Município(1):

1) **concedeu**, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública - a cópia do ato normativo integra o relatório **LEIPESS**;

2) **Não criou** cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

3) **Não alterou** estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

4) **Não admitiu ou contratou** pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretassem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares;

5) **Não realizou** concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;

6) **Não criou ou majorou** auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e

militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade;

7) **criou** despesa obrigatória de caráter continuado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 8º da LC nº 173/2020 - a cópia do ato normativo integra o relatório **LEIPESS**;

8) **Não adotou** medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal;

9) **Não contou** esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.

- (1) Somente para municípios que tenham decreto de calamidade pública aprovado pela Assembleia Legislativa.
- (2) O Município de Castelo/ES decretou calamidade pública por conta do enfrentamento da pandemia da COVID-19, na forma do Decreto Municipal nº 17.316, de 15/05/2020, decreto este que foi aprovado pela Assembleia Legislativa na forma do Decreto Legislativo Estadual nº 54, de 09/06/2020.

Castelo/ES, 05 de março de 2021.

TIAGO DE SOUZA
CPF nº 108.278.797-33
Presidente da Câmara Municipal de Castelo/ES